

O luto migratório e o objeto que não morreu: perda ambígua, individuação e os limites do modelo clássico do luto

Migratory grief and the object that did not die: ambiguous loss, individuation and the limits of the classical grief model

Paloma Rudis

Psicanalista clínica, Brasil.

PUBLICADO 20 JUN 2025

Os registros de tramitação editorial dos volumes 1 a 3 estão incompletos em razão de mudança na direção da revista. As datas de recebimento, revisão e aceite deste artigo não puderam ser recuperadas e, por isso, não são informadas.

RESUMO

Este artigo examina o luto migratório como categoria conceitual própria, irreduzível ao modelo clássico do trabalho de luto. Parte-se de uma constatação que a literatura sobre o tema frequentemente dissolve: o objeto perdido na migração não morreu. A terra, a língua, a família e a paisagem continuam existindo, acessíveis por chamada de vídeo e por fotografia, e inacessíveis como mundo vivido. Essa condição — presença física e ausência psíquica simultâneas — torna inaplicável tanto a desligação progressiva descrita por Freud quanto a sequência de estágios formulada por Kübler-Ross para o luto por morte. O percurso mobiliza a noção de perda ambígua de Pauline Boss e o conceito de duelo migratório de Joseba Achotegui, situa a migração como crise do quadro de referência pela via da alegoria platônica da caverna, e examina, com Jung, a hipótese de que o deslocamento acelere o processo de individuação ao forçar o confronto com conteúdos sombrios. Sustenta-se que o luto migratório é recorrente e não terminável por elaboração definitiva, e que reconhecê-lo assim reorienta o acolhimento: não se trata de conduzir o sujeito à superação de uma perda, mas de sustentar a convivência com uma ausência que não se fecha.

Palavras-chave: luto migratório; perda ambígua; duelo migratório; individuação; saúde mental de imigrantes.

ABSTRACT

This article examines migratory grief as a conceptual category in its own right, irreducible to the classical model of grief work. It begins from an observation that the literature on the subject frequently dissolves: the object lost in migration has not died. Land, language, family and landscape continue to exist, accessible by video call and photograph, and inaccessible as a lived world. This condition — simultaneous physical presence and psychic absence — renders inapplicable both the progressive decathexis described by Freud and the sequence of stages formulated by Kübler-Ross for grief following death. The argument mobilises Pauline Boss's notion of ambiguous loss and Joseba Achotegui's concept of migratory duel, situates migration as a crisis of the frame of reference by way of the Platonic allegory of the cave, and examines, with Jung, the hypothesis that displacement accelerates individuation by forcing a confrontation with shadow contents. It is argued that migratory grief is recurrent and not terminable by definitive elaboration, and that recognising it as such reorients care: the task is not to lead the subject to overcome a loss, but to sustain living alongside an absence that does not close.

Keywords: migratory grief; ambiguous loss; migratory duel; individuation; immigrant mental health.

1 Introdução

A migração acompanha a história humana desde os deslocamentos de sobrevivência dos povos nômades até os fluxos internacionais contemporâneos, e a intensificação das trocas globais fez dela objeto de interesse crescente nas

últimas décadas. O que interessa aqui não é a dimensão demográfica do fenômeno, mas o que ocorre no interior de quem o atravessa.

Quem emigra abandona, de uma vez, o lugar de origem, o círculo social, a rede de apoio, a língua cotidiana, a paisagem e o clima. A descrição corrente desse abandono recorre à palavra perda, e com razão. O passo seguinte, porém, costuma ser dado rápido demais: se há perda, raciocina-se, há luto; e se há luto, aplicam-se as categorias construídas para o luto por morte — a desligação progressiva da libido descrita por Freud, ou a sucessão de estágios sistematizada por Kübler-Ross.

É aí que o problema se instala. O objeto perdido na migração não morreu. A cidade natal continua de pé, a família continua reunida à mesa, a língua continua sendo falada, e tudo isso está a uma chamada de vídeo de distância. O que se perdeu não é a existência do objeto, mas o acesso a ele como mundo habitado. A perda é real e o objeto permanece — e é essa simultaneidade, e não a perda em si, que define a especificidade do luto migratório.

A consequência condiciona todo o restante do argumento. Um luto cujo objeto não desapareceu não pode terminar por desligação, porque não há do que se desligar em definitivo; e não pode percorrer estágios rumo a um desfecho, porque o objeto reaparece, reativando o processo a cada retorno, a cada fotografia, a cada conversa. O luto migratório é recorrente por estrutura, e não por falha de elaboração de quem o vive. Reconhecer isso não é refinamento terminológico, mas condição para que o acolhimento se dirija ao que efetivamente ocorre.

2 Método

Trata-se de revisão narrativa de literatura, de natureza teórico-conceitual. Não houve coleta de dados empíricos, entrevista, aplicação de instrumentos, observação de campo ou acesso a registros clínicos ou documentais de terceiros. O artigo não reporta pesquisa com seres humanos e não produz, portanto, achados de campo. As duas situações ilustrativas que aparecem ao longo do texto são construções hipotéticas, formuladas para explicitar um ponto conceitual, e não descrições de pessoas existentes.

O corpus primário reúne três conjuntos. O primeiro é a literatura específica do campo: a formulação do duelo migratório e da síndrome do imigrante com estresse crônico e múltiplo em Achotegui (2004, 2009), e a teoria da perda ambígua em Boss (1999, 2006). O segundo é a elaboração psicanalítica sobre luto e sobre migração: *Luto e melan-*

colia (Freud, 1917), *O estranho* (Freud, 1919), o tratado de Grinberg e Grinberg (1984), e a análise sociológica da dupla ausência em Sayad (1998). O terceiro é a obra junguiana relativa à individuação e aos arquétipos, com apoio em Laplanche e Pontalis (2001) para a delimitação dos termos psicanalíticos. Compõem ainda o exame a sistematização dos estágios do luto em Kübler-Ross (2008), mobilizada como objeto de crítica e não como quadro adotado, a literatura sobre aculturação em Berry (1997) e a alegoria da caverna em *A república* (Platão, 2012), lida em sua função de figura argumentativa.

O critério de inclusão foi duplo: tratamento conceitual explícito da perda em contexto migratório ou da estrutura do processo de luto, e circulação em edição de referência. Foram excluídas fontes de divulgação sem autoria identificável, verbetes de dicionário geral e páginas de conteúdo agregado sem indicação de autor, data ou responsabilidade editorial, ainda quando presentes na versão de origem deste trabalho. O procedimento consistiu em reconstituir cada conceito em seus próprios termos, identificar o que nele supõe a morte do objeto, e verificar o que resta utilizável quando o objeto permanece existindo.

3 O objeto que não morreu

3.1 O limite do modelo freudiano da desligação

Em *Luto e melancolia*, Freud (1917) descreve o luto como reação à perda de um objeto amado ou de uma abstração que lhe faça as vezes, e localiza o trabalho que o caracteriza numa operação precisa: o exame de realidade mostra que o objeto não existe mais, e disso decorre a exigência de que toda a libido nele investida seja retirada de suas ligações. A operação é custosa, executada peça por peça, e seu término coincide com o momento em que o eu se torna novamente livre e desinibido.

Dois elementos dessa formulação permanecem produtivos. O primeiro é a tese de que o luto não é patológico: é trabalho, e o tempo que exige não constitui, por si, indício de adoecimento. O segundo é a distinção em relação à melancolia, na qual a perda não é plenamente consciente e a sombra do objeto recai sobre o eu, rebaixando o sentimento de si. A diferença importa porque o sofrimento do imigrante é frequentemente lido sob essa chave — a vergonha da origem, a sensação de ter se rebaixado profissionalmente — e convém distinguir o que nele responde a uma perda circunscrita e o que responde a condições concretas de discriminação.

O que não se transpõe é o eixo da operação. O exame de realidade, no luto migratório, não mostra que o objeto não existe mais. Mostra o contrário: a casa está lá, as pessoas estão lá, e é possível vê-las. A desligação não encontra onde se apoiar, porque a realidade não a autoriza. O que a realidade impõe não é a inexistência do objeto, mas a impossibilidade de habitá-lo — e não há, em *Luto e melancolia*, descrição de um trabalho psíquico destinado a essa forma de perda.

Outro texto freudiano ilumina a experiência pelo flanco. Em *O estranho*, Freud (1919) descreve a inquietação produzida quando o familiar retorna sob forma desconhecida. A migração inverte os termos sem alterar a estrutura: o sujeito permanece o mesmo e é o mundo que se torna não familiar, de modo que o estranhamento deixa de ser episódico e passa a ser a condição cotidiana. A perda do familiar, aqui, não é a de um objeto entre outros; é a do fundo contra o qual os objetos se destacavam.

3.2 A perda ambígua

É Pauline Boss quem fornece o conceito que falta. Boss (1999) nomeia perda ambígua aquela em que o estatuto do objeto permanece indeterminado, e distingue duas configurações: a pessoa fisicamente ausente e psiquicamente presente — o desaparecido, o emigrado —, e a fisicamente presente e psiquicamente ausente, como nas demências avançadas. A migração produz a primeira em ambas as direções, numa simetria raramente notada: para quem ficou, o emigrado é o ausente que continua presente na vida familiar; para quem partiu, o mundo deixado é o ausente que a tecnologia mantém permanentemente à vista.

O ponto decisivo da formulação de Boss (2006) é a tese de que a perda ambígua resiste ao fechamento não por deficiência de quem a sofre, mas por sua própria estrutura. Os rituais que organizam o luto por morte — o velório, o enterro, a data que se comemora — operam marcando um antes e um depois, e nada disso está disponível quando o objeto não morreu. Daí a prescrição que Boss extrai: o objetivo não é a resolução, mas o aumento da tolerância à ambiguidade, isto é, sustentar duas proposições contraditórias ao mesmo tempo — está perdido e está presente — sem exigir que uma ceda.

Essa orientação contraria a expectativa social dirigida ao imigrante, que é a de que supere, adapte-se e siga adiante. A expectativa supõe um ponto final que a estrutura da perda não oferece, e sua consequência prática é tornar a per-

sistência da dor um sinal de fracasso pessoal, acrescentando culpa ao sofrimento.

3.3 O duelo migratório e os lutos múltiplos

Joseba Achotegui desenvolveu, a partir de atendimento a populações migrantes, a conceituação hoje mais consolidada do campo. Achotegui (2004) caracteriza o duelo migratório por traços que o separam dos demais: é parcial, porque o objeto permanece acessível; é recorrente, porque reativa-se a cada contato; é múltiplo, porque incide simultaneamente sobre vários objetos; e é vinculado a sentimentos ambivalentes, já que o mesmo deslocamento que subtrai é aquele do qual se esperam ganhos.

A contribuição mais operativa é a decomposição do duelo em lutos distintos, que não ocorrem em sequência mas se sobrepõem: pela família e pelos vínculos afetivos; pela língua, cuja perda alcança o humor, a ironia e o registro informal, que raramente se recuperam por completo; pela cultura, nos hábitos alimentares, nas músicas e nos marcos do calendário; pela terra, em suas paisagens e em seu clima; pelo status social, quando a qualificação não é reconhecida e o trabalho obtido é inferior ao exercido na origem; pela pertença ao grupo étnico, com a descoberta de que não se deixa de ser o estrangeiro no destino nem se permanece inteiramente pertencente na origem; e pelos riscos à integridade física, quando a trajetória envolveu travessias perigosas.

Achotegui (2009) acrescenta que a acumulação desses lutos em condições extremas — ausência de documentação, impossibilidade de retorno, separação forçada de filhos — produz o quadro de estresse crônico e múltiplo que descreveu como síndrome de Ulisses. Sua observação mais importante é de ordem diagnóstica: trata-se de sofrimento reativo a condições adversas persistentes, e não de transtorno mental instalado. A distinção importa porque a leitura psicopatológica transfere para a estrutura psíquica do sujeito aquilo que responde a determinantes sociais e jurídicos.

Sayad (1998) fornece, por via sociológica, a formulação complementar: o imigrante é sempre, e ao mesmo tempo, um emigrante, e sua condição é a de uma dupla ausência — ausente do lugar de onde saiu, não plenamente presente naquele onde chegou. A dupla ausência descreve, no registro social, exatamente o que a perda ambígua descreve no registro psíquico.

4 A caverna e o estrangeiro

A alegoria da caverna, no livro VII de *A república* (Platão, 2012), descreve prisioneiros acorrentados diante de uma parede, vendo apenas as sombras projetadas pelos objetos que passam atrás deles e tomando-as por realidade. A caverna figura o mundo sensível; as sombras, a precariedade dos sentidos; as correntes, as opiniões e preconceitos que prendem o sujeito a crenças herdadas.

A alegoria presta-se à leitura do deslocamento migratório desde que se introduza uma modificação. O imigrante não é o prisioneiro que sai da caverna para a luz; é o que desperta em outra caverna, cercado de outros prisioneiros e diante de sombras diferentes das que internalizou ao longo da vida. Não houve ascensão ao conhecimento verdadeiro: houve substituição de um conjunto de aparências por outro, sem que as correntes antigas tenham sido desfeitas.

A figura torna visível que a crise migratória não é apenas afetiva, mas epistêmica. O que entra em colapso não é somente o vínculo com pessoas e lugares, mas o sistema de evidências pelo qual o sujeito interpretava o mundo — o que conta como cortesia, o que uma pausa na conversa significa, quanto esforço corresponde a quanto reconhecimento. Esse sistema é tanto mais poderoso quanto menos foi objeto de reflexão, e a migração o expõe não por argumento, mas por desajuste repetido. Considere-se o caso hipotético de quem tenha organizado a vida em torno da convicção de que o êxito depende exclusivamente do próprio esforço e, estabelecido em país de economia mais robusta, descubra que a qualificação não é reconhecida e que a ocupação disponível está abaixo da que exercia. A frustração não decorre apenas da diferença entre o esperado e o obtido, mas do desmoronamento da crença que organizava a relação entre esforço e resultado — e a luz que desfaz essa sombra não traz consigo um sistema substituído.

Berry (1997) descreve, no registro da aculturação, como estratégias distintas — integração, assimilação, separação, marginalização — produzem desfechos adaptativos desiguais, com vantagem consistente para a integração, que preserva a cultura de origem enquanto estabelece vínculos com a de destino. A convergência com o argumento aqui desenvolvido está em que nenhuma delas dispensa a reconstrução do quadro de referência: o que varia é o que se conserva dele.

5 Individuação, Sombra e o ganho possível

5.1 A migração como aceleração da individuação

A individuação, em Jung (2008, 2013), designa o processo pelo qual o sujeito se diferencia da persona — a máscara adaptada às exigências coletivas — e se aproxima do si-mesmo como centro organizador da totalidade psíquica. Não é aquisição de autonomia no sentido corrente, mas integração progressiva de aspectos conscientes e inconscientes da personalidade.

Entre migração e individuação há conexão que não é de causa, mas de condição favorável. A migração desinstala a persona de seu suporte coletivo: os gestos que garantiam reconhecimento deixam de funcionar, e o sujeito descobre quanto de sua identidade dependia de um ambiente que a confirmava sem que ele precisasse formulá-la. Essa desinstalação força a pergunta que a individuação supõe — o que resta de mim quando o cenário muda —, e é nesse sentido que o deslocamento acelera o processo. Convém registrar o estatuto da proposição: trata-se de hipótese conceitualmente sustentada, não de resultado verificado, pois a mesma desinstalação pode produzir desorganização, e nada na teoria permite antecipar qual desfecho ocorrerá em cada caso.

5.2 O arquétipo da Sombra no deslocamento

A Sombra nomeia, em Jung (2000), os aspectos da personalidade que o eu não reconhece como seus, por serem incompatíveis com a imagem que faz de si. Reprimidos, continuam a operar sobre pensamentos, afetos e condutas, e a condição de sua integração é o reconhecimento, não a supressão.

O deslocamento migratório tende a ativar conteúdos sombrios por uma razão estrutural: a Sombra se mantém quieta enquanto o ambiente não a solicita, e o ambiente novo solicita constantemente. Entre as ativações recorrentemente descritas na literatura do campo estão a culpa por ter deixado para trás quem ficou, agravada em períodos de solidão; o medo da exclusão e da não adaptação às normas locais; a raiva diante de episódios de discriminação, que se acumula quando não encontra expressão legítima; a vergonha da própria origem, que pode levar ao apagamento deliberado de marcas de nacionalidade; e o conflito entre o desejo de preservar a identidade cultural e o de se assimilar, desejos que se excluem na prática ainda que coexistam na intenção.

O tratamento junguiano desses conteúdos não é a eliminação, mas a assimilação: o processo pelo qual o eu torna consciente o conteúdo inconsciente e o aceita como parte integrante da personalidade. Aplicado ao caso migratório, isso significa que a vergonha da origem e o rancor em relação ao ambiente de acolhimento não são obstáculos a remover antes que a adaptação comece, mas material da adaptação — e seu reconhecimento é o que permite que deixem de operar cegamente.

Há um ponto em que a leitura junguiana precisa ser contida. Descrever a hostilidade xenofóbica sofrida como ocasião de crescimento psíquico é verdadeiro no registro da economia subjetiva e falso como descrição da situação. A discriminação é condição objetiva, produzida socialmente, e nenhuma elaboração interna a torna aceitável. A integração da Sombra diz respeito ao que o sujeito faz com o que lhe ocorre; não transforma o que lhe ocorre em bem.

6 Os estágios do luto e o limite de sua transposição

Kübler-Ross (2008) formulou, a partir do acompanhamento de pacientes terminais, a descrição de cinco estágios — negação, raiva, negociação, depressão e aceitação — e advertiu que não constituem sequência obrigatória nem ocorrem em todos os casos. A ressalva é frequentemente esquecida na recepção do modelo, que circula como roteiro de etapas a cumprir.

A transposição do modelo para a experiência migratória tem apelo descritivo evidente, e cada estágio encontra

correspondência reconhecível: a chegada em que se age como se nada houvesse mudado; a irritação acumulada diante do idioma, das normas e do rebaixamento de status; a formulação de promessas e cenários destinados a restaurar o que foi deixado; o vazio que se instala quando a negociação se revela ilusória; e a tomada de consciência realista do que se deixou e do que se busca.

O limite, porém, é o mesmo que atravessa todo este artigo: o modelo foi construído para a perda definitiva, e seu estágio terminal é a aceitação de que o objeto não voltará. No luto migratório, não há o que aceitar nesse sentido, porque o objeto não se foi. O que a literatura específica do campo descreve não é progressão rumo a um desfecho, mas oscilação recorrente, reativada por cada contato com o que ficou.

Daí decorre que o estágio final, se o termo se mantiver, deve ser redefinido. Não é a aceitação de uma ausência irreversível, mas a instalação de uma relação suportável com uma ausência que se renova — o momento em que o sujeito reconhece sua adaptação ao novo lugar sem experimentar isso como abandono das raízes. Winnicott (1975) fornece aqui o termo pertinente ao descrever a experiência cultural como território intermediário entre a realidade interna e a compartilhada: é nesse registro, e não no da renúncia, que a cultura de origem permanece viva para quem partiu.

MODELO	ESTATUTO DO OBJETO	DESFECHO PREVISTO	LÍMITE NA MIGRAÇÃO
Luto (Freud, 1917)	Inexistente; o exame de realidade atesta a perda	Desligação da libido; o eu se torna livre	A realidade não atesta a perda: o objeto permanece acessível
Estágios (Kübler-Ross, 2008)	Perdido em definitivo pela morte	Aceitação da irreversibilidade	Não há irreversibilidade a aceitar; o processo reativa-se
Perda ambígua (Boss, 1999)	Fisicamente ausente, psiquicamente presente	Nenhum: tolerância à ambiguidade	Contraria a exigência social de superação dirigida ao imigrante
Duelo migratório (Achotegui, 2004)	Parcial, múltiplo e reversível	Elaboração recorrente, sem termo fixo	Exige distinguir sofrimento reativo de trans-torno instalado

Tabela 1 — Modelos de luto e seu rendimento na leitura da experiência migratória. A última coluna registra o que cada modelo não alcança, e não uma objeção à sua formulação de origem.

7 Implicações para o acolhimento

Se o luto migratório é parcial, recorrente e múltiplo, então a oferta de cuidado que o toma como processo com termo previsto erra o alvo. Três consequências decorrem disso.

A primeira diz respeito ao objetivo do trabalho clínico. Não se trata de conduzir o sujeito à superação de uma perda, porque a perda não se fecha, mas de sustentar a convivência com uma ausência que permanece aberta. Grinberg e Grinberg (1984) já haviam observado que a tentativa de apressar a elaboração produz efeito contrário, porque exige a renúncia a vínculos que continuam vivos e

que não há razão para abandonar. O trabalho analítico não tem por função eliminar o luto, mas permitir que ele seja ressignificado — que o sujeito se desloque de uma posição de sofrimento paralisante para outra, mais integrada, em que a perda deixe de ocupar todo o campo.

A segunda diz respeito ao diagnóstico. Sintomas de ansiedade e de humor deprimido são frequentes em populações migrantes, e sua leitura imediata como transtorno instalado tem custo duplo: transfere para a estrutura psíquica do sujeito aquilo que responde a determinantes externos — irregularidade documental, discriminação, insegurança econômica — e oferece tratamento individual para condição que não é individual. A distinção que Achotegui (2004) estabelece entre sofrimento reativo e quadro psicopatológico é, nesse ponto, orientação clínica e não apenas classificatória.

A terceira diz respeito ao alcance do dispositivo clínico. Parte substancial do que produz sofrimento migratório não é passível de elaboração porque não é de ordem psíquica. A ausência de reconhecimento de qualificações, a precariedade do vínculo de trabalho e a hostilidade cotidiana são condições materiais, e o atendimento que as trata exclusivamente como representação se torna, ainda que sem intenção, instrumento de adaptação a circunstâncias que deveriam ser alteradas. Políticas de acolhimento, revalidação de títulos e acesso a serviços integram, por isso, o campo de intervenção, e não seu contorno externo.

Considerações finais

O percurso permite três conclusões.

A primeira é que o luto migratório exige conceito próprio. A tentativa de descrevê-lo pelas categorias construídas para o luto por morte falha num ponto que não é acessório: o objeto perdido na migração continua existindo, e dessa permanência decorrem a parcialidade, a recorrência e a resistência ao fechamento que o caracterizam. A perda ambígua de Boss e o duelo migratório de Achotegui não são variantes do modelo clássico; são sua alternativa para um caso que ele não cobre.

A segunda é que o sofrimento migratório não é redutível à sua dimensão psíquica, e tampouco dela separável. A crise do quadro de referência que a alegoria da caverna torna visível, os conteúdos sombrios que o deslocamento ativa e os lutos múltiplos que Achotegui descreve articulam-se com condições materiais — documentação, trabalho, discriminação — de tal modo que a separação entre o

que cabe ao cuidado e o que cabe à política é, na prática, insustentável.

A terceira é que o processo migratório não se esgota em perdas. A desinstalação da persona pode abrir caminho à individuação, e a ampliação de repertório que o contato com outra cultura proporciona é efeito real, ainda que não garantido. Registrar isso não atenua o que o deslocamento custa; delimita-o. O luto não diz respeito apenas ao que ficou para trás, mas também ao que pode ser construído a partir dessa experiência.

Permanece aberta uma agenda de investigação. As proposições aqui formuladas — sobre a aceleração da individuação pelo deslocamento, sobre a reativação do luto pelo contato mediado por tecnologia, e sobre os efeitos da exigência social de superação dirigida ao imigrante — não foram submetidas a verificação sistemática. Fazê-lo exigiria desenho metodológico próprio, com enquadre ético explícito e proteção rigorosa dos participantes, cuidado que se impõe de modo reforçado quando se trata de população em situação migratória, cuja vulnerabilidade jurídica pode comprometer a liberdade do consentimento. Enquanto esse trabalho não se realiza, convém enunciar as proposições como o que são: leituras conceitualmente sustentadas, não resultados.

Declarações

Conflito de interesses. A autora declara não haver conflito de interesses.

Financiamento. A pesquisa não recebeu financiamento específico de agências públicas, comerciais ou sem fins lucrativos.

Uso de inteligência artificial. Não foi utilizada inteligência artificial generativa na concepção, na redação ou na análise do conteúdo deste artigo.

Disponibilidade de dados. Não se aplica: trata-se de revisão de literatura, sem produção de dados primários.

Nota editorial. Este artigo integra o acervo reorganizado dos volumes 1 a 3 da *Interapia*. O texto foi editorialmente adequado às normas vigentes da revista quanto a estrutura, registro e normalização de referências, sem alteração de tese, argumento ou atribuição de autoria.

Referências

ACHOTEGUI, J. Emigrar en situación extrema: el síndrome del inmigrante con estrés crónico y múltiple (síndrome de Ulises). *Norte de Salud Mental*, n. 21, p. 39-52, 2004.

- ACHOTEGUI, J. *La inteligencia migratoria: manual para inmigrantes en dificultades*. Barcelona: Ned Ediciones, 2009.
- BERRY, J. W. Immigration, acculturation, and adaptation. *Applied Psychology*, v. 46, n. 1, p. 5-68, 1997.
- BOSS, P. *Ambiguous loss: learning to live with unresolved grief*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- BOSS, P. *Loss, trauma, and resilience: therapeutic work with ambiguous loss*. New York: W. W. Norton, 2006.
- FREUD, S. Luto e melancolia (1917 [1915]). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 243-263.
- FREUD, S. O estranho (1919). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 233-273.
- GRINBERG, L.; GRINBERG, R. *Psicanálise da migração e do exílio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1984.
- JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2000. (Obras completas, v. 9/1).
- JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2008. (Obras completas, v. 7/2).
- JUNG, C. G. *O desenvolvimento da personalidade*. Petrópolis: Vozes, 2013. (Obras completas, v. 17).
- KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. 9. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PLATÃO. *A república*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- SAYAD, A. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

COMO CITAR

RUDIS, P. O luto migratório e o objeto que não morreu: perda ambígua, individuação e os limites do modelo clássico do luto. *Interapia — Revista de Clínica, Cultura e Ciências Mentais*, v. 3, n. 1, p. 42-49, 2025.

LICENÇA

Publicado em acesso aberto sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. O autor mantém os direitos sobre a obra e concede à revista o direito de primeira publicação.